



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra



**Escola Superior
de Tecnologia
da Saúde**

Politécnico de Coimbra

Crenças acerca da Legitimação da Violência nas Relações de Intimidade em Estudantes do Ensino Superior: Resultados de um Programa de Educação para a Saúde

Mestrado em Educação para a Saúde

2025, Ana Filipa Pelicano Luzio



**Escola Superior
de Educação**

Politécnico de Coimbra



**Escola Superior
de Tecnologia
da Saúde**

Politécnico de Coimbra

Ana Filipa Pelicano Luzio

Crenças acerca da Legitimação da Violência nas Relações de Intimidade em Estudantes do Ensino Superior: Resultados de um Programa de Educação para a Saúde

Dissertação de Mestrado em Educação para a Saúde apresentado à Escola Superior de Educação de Coimbra e à Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Ana Paula Amaral

Trabalho realizado sob a coorientação da Professora Doutora Margarida Pocinho

Outubro, 2025

Agradecimentos

Foram várias as pessoas que contribuíram para o meu percurso académico e que, de alguma forma, o tornaram mais fácil e feliz. Agradeço em especial,

Aos meus pais, Vitória e Paulo, que vibram com as minhas conquistas e me apoiam em todas as minhas decisões. Agradeço pelo amor, pelos ensinamentos e pelo apoio incessante ao longo destes 24 anos de existência.

Aos meus avós, Marcelina e Luís, a quem eu admiro bastante. Foram assíduos nas minhas avaliações académicas, desejando, em todos os momentos, o meu maior sucesso, através da boa fé que têm.

Ao Francisco, pela serenidade, carinho e incentivo constantes demonstrados neste percurso, que se tornou definitivamente mais leve e especial.

À Raquel, Carolina e Bia, pela amizade incondicional e boa disposição. Convosco, o meu caminho tornou-se mais alegre e, por isso, espero que esta união prevaleça nos anos vindouros.

À equipa de orientação, nomeadamente à professora Ana Paula e professora Margarida, pela disponibilidade na orientação deste estudo. Expresso o meu reconhecimento pela exigência e ensinamentos transmitidos, que contribuíram para a realização do estudo.

Resumo

Introdução: A violência nas relações íntimas caracteriza-se como sendo um fenómeno multidimensional e de grande impacto social, atualmente classificado como um problema de saúde pública. O estudo tem como objetivo elaborar e implementar um programa de intervenção em educação para a saúde, dirigido a estudantes do Instituto Politécnico de Coimbra, bem como analisar o seu impacto, promovendo competências que favoreçam a construção de relações amorosas saudáveis. **Metodologia:** Estudo com design pré-pós teste, com avaliação antes (T0) e após a intervenção (T1). Para a concretização do projeto de investigação, foram utilizados os seguintes instrumentos: 1) Questionário Sociodemográfico; 2) Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC); 3) Inventário de Violência Conjugal (IVC) e 4) Avaliação da Intervenção. A amostra inicial foi de 41 estudantes, com uma média de idades de 25,05 anos (DP= 8,23) sendo que, de entre estes, o projeto de intervenção contou com 7 participantes. **Resultados:** Os resultados revelam que os fatores presentes na ECVC apresentam médias significativamente mais baixas que o estudo original. No IVC, verificou-se que a vitimização em relações passadas apresenta a maior média (M = 21,51), revelando que, embora a maioria da amostra não se encontre em situações abusivas, existem relações íntimas passadas onde sofreram comportamentos violentos. Na ECVC, foram encontradas correlações muito fortes entre os seus fatores e no IVC, verificou-se uma correlação forte, especialmente entre a perpetração e vitimização atuais. **Conclusão:** Os resultados obtidos apontam para a importância de se desenvolverem ações de sensibilização e de prevenção mais duradouras, especialmente em populações mais jovens. Neste tema, é essencial abordar questões socioculturais e desconstruir mitos comuns, uma vez que as crenças se encontram enraizadas nas sociedades e são difíceis de mudar, especialmente num curto espaço de tempo.

Palavras-chave: Violência nas relações íntimas; Crenças; Legitimação; Estudantes.

Abstract

Introduction: Violence among intimate partners is a multidimensional phenomenon with significant social impact, currently classified as a public health problem. This study aims to develop and implement a health education intervention program for students at the Polytechnic Institute of Coimbra, as well as to analyze its impact, fostering skills that will lead to healthy romantic relationships. **Methodology:** Study with pre-post test design, with evaluation before (T0) and after the intervention (T1). To carry out the research project, the following instruments were used: 1) Sociodemographic Questionnaire; 2) Belief Scale about Marital Violence (ECVC); 3) Marital Violence Inventory (IVC); and 4) Intervention Evaluation. The initial sample consisted of 41 students, with an average age of 25.05 (SD = 8.23), of which 7 participated in the intervention project. **Results:** The results reveal that the factors present in the ECVC have significantly lower averages than in the original study. In the IVC, victimization in past relationships had the highest average (M = 21.51), revealing that, although the majority of the sample was not currently in abusive situations, there were past intimate relationships in which they experienced violent behavior. In the ECVC, very strong correlations were found between its factors, and in the IVC, a strong correlation was found, especially between current perpetration and victimization. **Conclusion:** The results indicate the importance of developing awareness-raising and prevention initiatives, especially among younger populations. In this regard, it is essential to address sociocultural issues and deconstruct common myths, as societies are deeply rooted and difficult to change, especially in a short period of time.

Keywords: Violence in intimate relationships; Beliefs; Legitimation; Students.

Índice

| | |
|--|-----------|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Enquadramento Teórico | 3 |
| 2.1 Conceito e Enquadramento Legal de Violência | 3 |
| 2.2 Ciclo da Violência Doméstica | 4 |
| 2.3 Tipos de Violência Doméstica | 4 |
| 2.4 Fatores de Risco e de Proteção associados à Violência nas Relações de Intimidade | 5 |
| 2.5 Consequências para as Vítimas | 7 |
| 2.6 Crenças Legitimadoras da Violência Conjugal | 8 |
| 2.7 Intervenções na prevenção/redução da violência nas relações de intimidade | 9 |
| 3. Objetivos | 11 |
| 4. Metodologia | 11 |
| 4.1 Tipo de Estudo | 12 |
| 4.2 Procedimentos | 12 |
| 4.3 Participantes | 13 |
| 4.4 Avaliação: descrição dos questionários | 14 |
| 4.4.1 Questionário Sociodemográfico | 14 |
| 4.4.2 Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) | 14 |
| 4.4.3 Inventário de Violência Conjugal | 15 |
| 4.5 Descrição das Atividades de Educação para a Saúde Realizadas | 15 |
| 4.5.1 Sessão 1 | 16 |
| 4.5.2 Sessão 2 | 16 |
| 4.5.3 Sessão 3 | 17 |
| 5. Resultados | 18 |
| 5.1. Caracterização da amostra | 18 |
| 5.2. Crenças sobre Violência Conjugal | 19 |
| 5.3. Inventário de Violência Conjugal (IVC) | 22 |
| 5.4. Exploração de correlações entre as variáveis | 25 |
| 5.5. Avaliação qualitativa: entrevista semiestruturada | 27 |
| 6. Discussão | 28 |
| 7. Conclusão | 32 |
| 8. Referências Bibliográficas | 34 |
| 9. Anexos | 38 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEIPC - Comissão de Ética do Instituto Politécnico de Coimbra

ECVC - Escala de Crenças sobre Violência Conjugal

ESAC - Escola Superior Agrária de Coimbra

ESEC - Escola Superior de Educação de Coimbra

ESTeSC - Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra

ESTGOH - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital

IPC – Instituto Politécnico de Coimbra

ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

ISEC - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra

IVC – Inventário de Violência Conjugal

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: desenho do estudo; fonte: elaboração própria | 12 |
| Figura 2: Comportamentos essenciais para um relacionamento saudável | 28 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Caracterização sociodemográfica da amostra (N = 41) | 18 |
| Tabela 2: Descritivas dos fatores da ECVC | 20 |
| Tabela 3: Frequências de pontuações da ECVC | 20 |
| Tabela 4: ECVC – Pontuações em diferentes momentos | 21 |
| Tabela 5: Descritivas das dimensões do IVC..... | 22 |
| Tabela 6: Frequência de comportamentos abusivos presentes no IVC – Parte A (n=32) | 22 |
| Tabela 7: Frequência de comportamentos abusivos presentes no IVC – Parte B (n=41) | 24 |
| Tabela 8: Correlação entre ECVC e IVC | 25 |
| Tabela 9: Correlação entre a ECVC, o IVC e as variáveis sociodemográficas | 26 |

1. Introdução

Para compreender o tema da violência nas relações de intimidade, é pertinente estudar o contexto, os mitos, as crenças e até mesmo o significado que a violência assume para cada indivíduo (Ventura, Frederico-Ferreira, Magalhães, 2013). Esta realidade atravessa diferentes culturas, estratos sociais e faixas etárias, assumindo especial relevância na adolescência e juventude, períodos em que ocorrem as primeiras experiências amorosas (Caridade & Machado, 2006).

De um modo geral, a violência conjugal tem sido fundamentada através de crenças socioculturais como a distribuição desigual do poder no seio familiar, os estereótipos de género e as formas distintas como cada género é socializado (Machado, Matos & Gonçalves, 2015). De acordo com Beck (1979), as percepções do indivíduo são criadas à medida que as crenças se formam, o que permite relacionar a violência com as representações sociais (citado por Ferreira, 2018).

Diversos estudos demonstram que a legitimação da violência resulta de crenças erradas que aceitam e toleram os comportamentos abusivos e violentos. Estas crenças são assimiladas desde cedo, influenciando, assim, as atitudes dos sujeitos (Couto, 2013, citado por Ferreira, 2018). Atualmente, existe uma tendência cultural para se tolerar e aceitar a violência como atos naturais e comuns, transformando os comportamentos violentos em vivências normais do quotidiano, caracterizadas por simples atos de ciúme e de amor (Machado, 2010, citado por Ventura, Frederico Ferreira & Magalhães, 2013). Em Portugal, a violência doméstica tem vindo a ganhar uma crescente visibilidade tanto no domínio social como jurídico, sendo qualificada como crime público desde 2000 (Diário da República n.º 123/2000).

A literatura tem apresentado programas de intervenção direcionados a populações jovens, que revelam resultados positivos na mudança de comportamentos violentos nas relações íntimas (Caridade, Saavedra & Machado, 2012). Neste sentido, a promoção de relações saudáveis, baseadas no respeito, igualdade e comunicação não violenta, constitui um objetivo central da educação para a saúde, através de uma maior sensibilização.

Face à evidência científica disponível e à realidade nacional, marcada ainda pela escassez de programas estruturados neste domínio, considera-se relevante o

desenvolvimento de um programa de intervenção em educação para a saúde, direcionado para a violência nas relações de intimidade.

Neste sentido, o estudo tem como objetivo geral a elaboração e implementação do programa de intervenção “RelacionArte”, dirigido a estudantes do IPC, bem como a análise do seu impacto, promovendo competências que favoreçam a construção de relações amorosas saudáveis.

O presente estudo organiza-se em três partes: a primeira corresponde ao enquadramento teórico; a segunda aborda a metodologia aplicada, amostra, tipo de estudo, procedimentos, fases da avaliação e intervenção, procedimentos, bem como a apresentação e discussão dos resultados; por último, apresenta-se a conclusão, onde são expostas as limitações do estudo e considerações para o futuro.

2. Enquadramento Teórico

2.1 Conceito e Enquadramento Legal de Violência

Ao longo dos anos e com o desenvolvimento das sociedades, o conceito de violência tem-se revelado mutável e sujeito a várias interpretações. Estas análises estão associadas às diferentes situações socioculturais que, tanto podem legitimar comportamentos violentos como podem condená-los. Um ato violento pode assumir inúmeras perspetivas, tendo por base a forma como este é entendido, experienciado e representado tanto pela vítima, como pelo agressor e pela sociedade (DGS, 2016).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2014, p.2), a violência define-se como “o uso intencional de força física ou poder, real ou ameaçada, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta, ou tem grande probabilidade de resultar, em ferimento, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação”.

Em Portugal, a violência nas relações íntimas é caracterizada como uma violação dos direitos humanos. No domínio jurídico, é classificada como crime da violência doméstica no artigo 152.º do Código Penal, incluindo cônjuges ou ex-cônjuges; pessoas em união de facto, ex-companheiros/as; namorados/as; ex-namorados/as, bem como progenitores de descendentes comuns (Diário da República n.º 63/1995). Esta problemática tem vindo a ganhar uma crescente visibilidade, sendo qualificada como crime público desde 2000, onde qualquer pessoa pode denunciar a violência ocorrida (Diário da República n.º 123/2000).

No que diz respeito à prevenção da violência doméstica, à proteção e assistência das suas vítimas, sublinha-se a Lei n.º 112/2009, posteriormente alterada pela Lei n.º 129/2015. Neste ponto, são apontadas medidas de prevenção, apoio e proteção como a ordem de afastamento do agressor; a teleassistência; as casas de abrigo e programas de cariz social, jurídico e psicológico (Diário da República n.º 180/2009, n.º 172/2015).

Desta forma, o enquadramento jurídico e político reconhece a importância deste tema, através de medidas de apoio, de prevenção e de proteção. Estas têm como objetivo a obtenção de uma sociedade mais justa, inclusiva e segura para os seus cidadãos.

2.2 Ciclo da Violência Doméstica

A violência conjugal pode ser entendida como um ciclo visto que as dinâmicas da relação íntima se manifestam continuamente, passando por três fases: aumento de tensão; ataque violento e lua de mel (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009), que passaremos a descrever.

Nas relações de intimidade não violentas, surgem episódios de tensão entre os pares. Contudo, a dada altura, a escalada da tensão é suspendida devido a mecanismos de resolução de problemas existentes entre os membros. Já nas relações abusivas, o agressor recorre a todas as situações do quotidiano para originar uma escalada de tensão, gerando um clima de perigo para a vítima. Muitas vezes, esta primeira fase (aumento da tensão), dá início a discussões que conduzem ao ataque violento.

Na segunda fase, o agressor ataca violentamente a vítima que se encontra frágil. Não querendo agravar a violência, a vítima reage de forma passiva e apenas tenta defender-se destes ataques violentos. O agressor tem tendência a invocar motivos atenuantes que expliquem a sua conduta, atribuindo a culpa à vítima. Nesta fase, é comum o agressor utilizar expressões, como “não fui eu, foi o álcool”; “não estava em mim” ou até mesmo “foste tu que me provocaste”, que permitem justificar comportamentos inconcebíveis.

Por último, na fase da lua de mel, o agressor manifesta arrependimento pelos atos cometidos anteriormente, prometendo mudar o seu comportamento. Este é um período de enamoramento e de afetos positivos, onde a vítima acredita que a violência terá terminado e que tudo irá melhorar em diante. A fase da reconciliação é a mais curta e, em caso de violência continuada, tende a ser anulada.

2.3 Tipos de Violência Doméstica

De acordo com Manita et al. (2009), a violência doméstica tende a intensificar-se ao longo do tempo, ao nível da frequência, severidade e grau de risco para a vítima. Pode ocorrer de formas distintas: violência física; violência psicológica; violência económica; violência sexual e isolamento social.

Na violência física, o agressor recorre à força física, de forma a afetar o organismo da vítima. Este tipo de violência pode ser manifestado à luz da própria força do agressor

como de vários objetos. Desta forma, engloba atos como “empurrar, puxar o cabelo, dar estaladas, murros, pontapés, apertar os braços com força, apertar o pescoço, bater com a cabeça da vítima na parede, armários ou outras superfícies, dar-lhe cabeçadas, dar murros ou pontapés na barriga, nas zonas genitais, empurrar pelas escadas abaixo, queimar, atropelar ou tentar atropelar (...)”.

A violência psicológica traduz-se em comportamentos que interferem na autoestima, personalidade e desenvolvimento individual da vítima como, por exemplo, o insulto; crítica; menosprezo; intimidação; ameaça; destruição de objetos com valor afetivo para a vítima; acusações erradas do agressor para com a vítima como infidelidade.

Na violência económica, o agressor utiliza a sua posição de domínio sobre a vítima para restringir de recursos financeiros para se governar, controlando o dinheiro, seja ele proveniente da vítima ou não. Muitas vezes, a vítima tem um emprego e mesmo assim não lhe é permitida a gestão autónoma do seu salário. Neste tipo de violência, o agressor pode privá-la de bens de necessidade básica como, por exemplo, água; frigorífico e aquecimento.

A violência sexual diz respeito a qualquer ato sexual, tentativa de atingir ato sexual, observações de cariz sexual não desejadas, recorrendo a ameaças, coação ou até mesmo à força física. Atitudes como queimar os órgãos sexuais da vítima, atar contra a sua vontade ou amordaçar também dizem respeito à violência sexual.

Já o isolamento social manifesta-se através da falta de contacto que a vítima tem com outros sujeitos. Estes comportamentos são causados pelo agressor que pretende controlar as pessoas com quem a vítima se relaciona, influenciando a sua vida social. Por conseguinte, a vítima acaba por se distanciar de terceiros devido à vergonha que sente por estar naquela posição ou à existência de danos visíveis originados pela violência física.

2.4 Fatores de Risco e de Proteção associados à Violência nas Relações de Intimidade

A literatura reconhece duas categorias de fatores de risco relacionados com o agressor: fatores estáticos e fatores dinâmicos. Os primeiros apontam para a experiência de vida do agressor como, por exemplo, o facto de ser vítima ou testemunha de casos de violência doméstica enquanto que os segundos evidenciam uma capacidade de

transformação, como o consumo de álcool e de psicotrópicos (Almeida & Soeiro, 2010; Gonçalves & Cunha, 2018, citado por Nunes, 2020). Assim, os fatores dinâmicos são mais instáveis e, conseqüentemente, de difícil previsão. Contudo, também são os fatores, onde os profissionais que se confrontam com estas situações, possuem mais capacidades e recursos para intervir, de forma a desencorajar atos erradicados que devem ser colmatados e eliminados. Por conseguinte, deve haver um maior esforço e dedicação (Dvoskin & Heilbrun, 2001).

Os fatores de risco dizem respeito a elementos que elevam a probabilidade de surgir violência. Estes fatores podem estar relacionados com características individuais, ambiente familiar e aspetos socioculturais. Apesar de nenhum fator de risco, isolado, garantir a existência de violência, pode aumentar significativamente a probabilidade de se manifestar, conjugando com outros fatores de risco. São muitos os fatores de risco associados a um agressor, como (APAV, 2010 p. 23):

“1) Ser do sexo masculino e jovem; 2) Ser dependente de substâncias (e.g. Álcool e drogas); 3) Ter doença física ou mental (e.g. Depressão, perturbação de personalidade e outros); 4) Ter personalidade imatura e impulsiva, baixo autocontrolo e baixa tolerância às frustrações, apresentando grande vulnerabilidade ou stress, baixa autoestima, expectativas irrealistas e indiferença ou excessiva ansiedade face às responsabilidades perante a vítima; 5) Ter carências socioculturais e económicas, estando financeiramente dependente da vítima (mais frequente no caso de pessoas idosas); 6) Estar desempregado ou, ao invés, ter uma vida social e/ou profissional muito intensa, que dificulta o estabelecimento de relações positivas com os membros da família; 7) Ter antecedentes de comportamentos desviantes; 8) Apresentar antecedentes pessoais ou familiares de vitimização; 9) Não conseguir admitir que a vítima foi ou esteja a ser abusada, nem compreender quais as reais necessidades e eventual situação clínica daquela, sendo incapaz de lhe oferecer proteção; 10) Ser inexperiente em termos de prestação de cuidados.

Referente à vítima:

1) Ser do sexo feminino; 2) Apresentar características de vulnerabilidade em termos de idade (crianças pequenas, pessoas idosas) e de necessidades (particularmente crianças, idosos e pessoas com handicap); 3) Ter personalidade e temperamento desajustados relativamente ao abusador; 4) Estar dependente do consumo de substâncias (e.g. Álcool,

medicamentos e drogas); 5) Ter doença física e/ou mental, ou deterioração cognitiva fisiológica (no caso das pessoas idosas); 6) Ter sido vítima de abuso na infância ou ter, designadamente, assistido a violência entre os seus cuidadores; 7) Ser prematuro e de baixo peso ao nascimento (no caso do abuso infantil por serem crianças mais frágeis, estarem menos alerta, chorarem mais); 8) Ter dependência física e emocional relativamente ao abusador; 9) Ter escassos recursos económicos, encontrando-se dependente do abusador; 10) Ter baixo nível educacional; 11) Habitar em precárias condições; 12) Estar socialmente isolado”.

Os fatores de proteção dizem respeito a recursos individuais ou sociais que diminuem ou anulam o impacto do risco (Eisenstein & Souza, 1993, citado por Nerys, 2016). O tema da violência doméstica apresenta os seguintes fatores de proteção: qualidades individuais como a capacidade de resolver problemas e a sensação de autoeficácia; atenção permanente por parte da família e existência de redes de apoio social externas ao núcleo familiar perante situações de stress (Antoni & Koller, 2001).

2.5 Consequências para as Vítimas

A violência acarreta consequências a diferentes níveis: físico; psicológico; sexual e económico, podendo ser manifestadas a curto-prazo ou a médio-prazo (Magalhães, 2020).

A curto-prazo: a vítima pode sofrer lesões no corpo, sendo que as mais comuns são aquelas que afetam a superfície da pele como pisaduras; arranhões; hematomas; marcas de esganadura e queimaduras. Em situações mais críticas, podem ocorrer lesões dentárias, oftálmicas, nos órgãos internos do tórax e do abdómen e fraturas ósseas como, por exemplo, no nariz.

A médio-prazo: a vítima pode manifestar mudanças no sono e apetite, sentimentos de medo e vergonha; autoestima baixa; maior fragilidade e isolamento social. Podem ainda surgir mudanças da imagem corporal, disfunções a nível sexual e dificuldades cognitivas associadas à memória e atenção. A ansiedade, as crises de pânico, a depressão e o stress pós-traumático são outros exemplos de consequências que podem estar presentes.

2.6 Crenças Legitimadoras da Violência Conjugal

No estudo da violência nas relações de intimidade, torna-se fundamental analisar as crenças legitimadoras da violência conjugal, uma vez que influenciam a forma como o fenómeno é percecionado pela sociedade. De um modo geral, a violência conjugal tem sido fundamentada através de crenças socioculturais como a distribuição desigual do poder no seio familiar, os estereótipos de género e as formas distintas como cada género é socializado (Machado, Matos & Gonçalves, 2015).

De acordo com Beck (1979), as crenças resultam de perceções que vão sendo construídas no decorrer das convivências com as pessoas mais próximas, sobretudo desde a infância. Neste processo, as relações com terceiros influenciam o crescimento do indivíduo, sendo que o ambiente circundante exerce um grande impacto. As perceções são criadas à medida que as crenças se formam, o que permite relacionar a violência com as representações sociais (citado por Ferreira, 2018).

A legitimação da violência resulta de crenças erradas que aceitam e toleram os comportamentos abusivos e violentos. Estas crenças são assimiladas desde cedo, influenciando, assim, as atitudes dos sujeitos (Couto, 2013, citado por Ferreira, 2018).

As primeiras relações do indivíduo constituem um papel determinante pois, por mais superficiais que sejam, promovem uma aprendizagem relativamente à ação e interação (Furman & Wehner, 1997). No decorrer da infância, as figuras de apego primárias transmitem expectativas de segurança e constituem modelos de funcionamento que estimulam o desenvolvimento de relações íntimas (Allison et al., 2008, citado por Mota, 2021).

Durante a adolescência, estas crenças sociais assumem especial relevância, uma vez que é neste período que os rapazes e as raparigas vivenciam e intensificam as expectativas de género (Machado, 2010). Segundo Dias e Machado (2011), o amor e a violência na intimidade possuem uma relação com o enquadramento sociocultural em que ocorre visto que proporcionam um conjunto de significados do amor. Neste sentido, existe uma tendência cultural para se tolerar e aceitar a violência como atos naturais e comuns, transformando os comportamentos violentos em vivências normais do quotidiano, caracterizadas por simples atos de ciúme e de amor. “A legitimação da violência é, muitas vezes, uma consequência de crenças erradas que desculpam as condutas abusivas, sendo que estas constituem o resultado da socialização e são interiorizadas desde cedo

influenciando os nossos comportamentos” (Mendes e Cláudio, 2010, citado por Ventura, Frederico Ferreira & Magalhães, 2013, p. 97).

As crenças sobre a violência doméstica provocam certos sentimentos que interferem nas avaliações, positivas ou negativas, que o indivíduo executa. Estas vão encaminhar a sua conduta pois, se as avaliações sobre a violência doméstica forem positivas, as suas atitudes vão ser baseadas na legitimação desse comportamento. Por outro prisma, se as avaliações forem negativas, as suas atitudes tenderão a rejeitar esse tipo de comportamento, promovendo ações que visem a sua prevenção e erradicação (Bandura, 1983).

Algumas das crenças comuns encontradas nos agressores dizem respeito à acusação da vítima ser a responsável por causar o comportamento violento e pelo sucesso da relação depender da mulher (Paim, 2006, citado por Ferreira, 2018). Segundo Machado, Matos e Moreira (2003), os agressores homens partem do princípio que a violência é aceitável, face aos comportamentos das mulheres (citado por Ferreira, 2018).

No domínio das relações de género, González-Ortega, Echeburúa e Corral (2008), verificaram que, entre os jovens, sobretudo do sexo masculino, prevalece a crença de que o uso de violência é tolerável para a resolução de conflitos interpessoais. Esta crença reflete o modo como a violência é incorporada na construção social do que é ser homem, sendo vista como uma forma para reafirmar a masculinidade dos mesmos (Hatty, 2000; Connell, 2005, citado por Ventura, Frederico-Ferreira & Magalhães, 2013).

A par do que já foi referido, a dimensão cultural desempenha um papel fundamental para a compreensão da violência nas relações de intimidade. Em muitas sociedades, são criados mitos que acabam por ser tratados como verdades, o que normaliza, neste caso, a violência nas relações íntimas (DGS, 2016). No quadro em anexo (I), são apresentados alguns desses mitos, acompanhados por factos que contrapõem e clarificam a realidade.

2.7 Intervenções na prevenção/redução da violência nas relações de intimidade

Face à alta taxa de violência no namoro entre os adolescentes, é visível a necessidade de programas interventivos que trabalhem na prevenção desta temática. O projeto “Ending Violence” traduz-se num programa de prevenção dirigido a estudantes

latinos, dividido em três sessões, que aborda questões legais. Instrói os jovens de que a lei protege as vítimas de violência doméstica e pode punir os perpetradores. O projeto foi composto por um grupo de controle e um grupo de intervenção sendo que, houve pré e pós-avaliação e um follow-up de seis meses. O grupo de intervenção adquiriu conhecimento aprimorado, menos aceitação de violência de mulheres contra homens e possibilidade de procurar assistência após o projeto. Estes aspetos foram mantidos após os seis meses seguintes. Este estudo teve impacto nas normas, no conhecimento e na predisposição dos estudantes para procurar ajuda, o que pode facilitar na intervenção (Jaycox et al., 2006).

O estudo de Kaveh, et al. (2022) tem como objetivo analisar o efeito da intervenção educacional baseada na teoria do comportamento planeado, de forma a reduzir os comportamentos agressivos entre estudantes do sexo masculino. O projeto é composto por 98 alunos, com idades compreendidas entre os 13 e 16 anos e encontra-se dividido em dois grupos, o de intervenção e o de controle. No que diz respeito ao grupo de intervenção, foram apresentadas cinco sessões, que tiveram um impacto positivo nos estudantes. Após a intervenção, este grupo mostrou um aumento significativo nos construtos da teoria em questão. Também foi possível perceber que a pontuação média dos comportamentos agressivos do grupo experimental evidenciou uma melhoria considerável, ao contrário do grupo de controle. Com este estudo, foi possível concluir que a intervenção baseada na teoria foi eficaz na melhoria dos comportamentos agressivos destes jovens.

O projeto “Safe Dates” estuda os efeitos da violência em relacionamentos amorosos de adolescentes, na prevenção primária e secundária, numa zona rural de Carolina do Norte. O objetivo deste estudo é alterar as normas sobre o que é aceitável nos namoros, diminuindo os estereótipos de género, melhorando as capacidades de gestão de conflitos e incentivando a procura de ajuda. A amostra contou com alunos do 8º e 9º ano de 14 escolas diferentes, distribuídas aleatoriamente em dois grupos, o de controle e o de intervenção. A realização de atividades como uma peça de teatro, 10 sessões de aula e um concurso de cartazes, permitiram perceber que, tanto os estudantes do sexo masculino como as do feminino, relataram ser vítimas e agressores de violência no namoro. Os resultados indicaram que esta problemática está bastante presente na adolescência e que este tipo de programa é crucial (Foshee et al., 1996).

A literatura destaca a importância de programas de intervenção direcionados para a violência nas relações de intimidade, nomeadamente em estudantes jovens. Estes programas assumem um papel crucial na desconstrução de mitos associados à violência, na sensibilização para os direitos legais que protegem as vítimas e no desenvolvimento de competências de comunicação assertiva e de gestão de conflitos. A sua implementação em contexto académico assume especial relevância uma vez que contribui para a redução/prevenção de comportamentos abusivos bem como para a construção de relações saudáveis e seguras.

3. Objetivos

O estudo tem como objetivo geral elaborar e implementar um programa de intervenção em educação para a saúde, dirigido a estudantes do IPC, bem como analisar o seu impacto, promovendo competências que favoreçam a construção de relações amorosas saudáveis.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Avaliar as crenças que legitimam a violência nas relações de intimidade, em estudantes do ensino superior, medindo o nível de tolerância/aceitação da violência;
- Identificar a vitimização e/ou perpetração da violência nas relações íntimas;
- Relacionar as crenças dos estudantes acerca da legitimação da violência nas relações íntimas com a vitimização e perpetração da violência;
- Sensibilizar e aumentar o conhecimento dos estudantes para o tema da violência nas relações de intimidade;
- Desconstruir mitos e preconceitos comuns sobre violência nas relações;
- Promover relações de intimidade saudáveis, baseadas no respeito e igualdade.

4. Metodologia

Neste capítulo, será descrita a metodologia e os procedimentos aplicados para a implementação do projeto. Deste modo, será apresentada informação relativa ao tipo de

estudo, procedimentos, caracterização dos participantes e instrumentos de recolha de dados.

4.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo quase-experimental, com design tipo pré-pós teste, com avaliação antes da intervenção (T0) e após a avaliação (T1). A amostra é de natureza não probabilística, de conveniência. A intervenção teve a duração de 3 semanas (Figura 1).

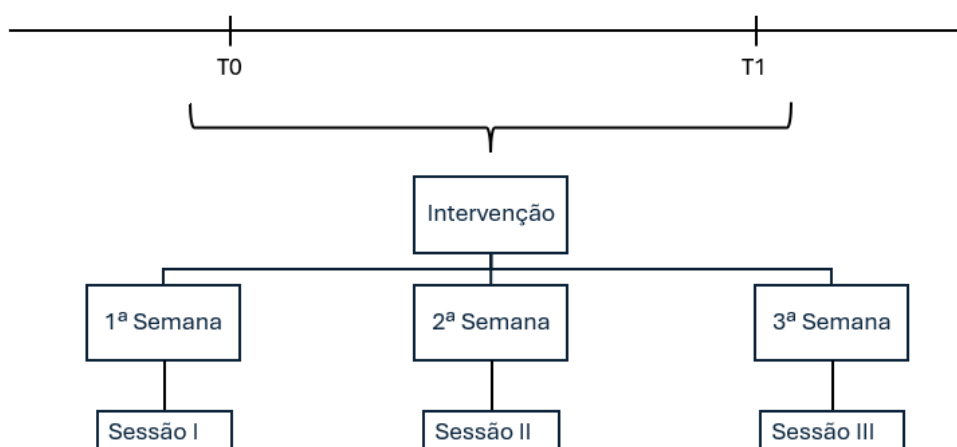


Figura 1: desenho do estudo; fonte: elaboração própria

4.2 Procedimentos

Inicialmente, a proposta de investigação foi submetida à Comissão de Ética do Instituto Politécnico de Coimbra (CEIPC), que emitiu parecer favorável, com o número D102/2024, no dia 29 de fevereiro de 2025 (Anexo II).

Posteriormente, foi pedida autorização ao Exmo. Sr. Presidente do IPC, para divulgação do projeto e a sua implementação nesta instituição, que emitiu parecer positivo (Anexo III). A utilização da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal e do Inventário de Violência Conjugal foram adquiridos através da compra destes instrumentos.

Após assegurados todos os requisitos éticos, procedeu-se à divulgação do estudo, realizada através do IPC. Para o efeito, foi disponibilizado um link de acesso aos instrumentos de recolha de dados, elaborados na plataforma *Google Forms*. Os estudantes foram informados acerca dos objetivos e etapas subjacentes ao programa de intervenção

“RelacionArte”, tendo-lhes sido assegurado o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos. Estes foram armazenados numa base de dados segura, com acesso restrito à equipa de investigação. A participação foi voluntária e a qualquer momento, os estudantes poderiam interromper livremente a participação no estudo, sem qualquer tipo de penalização por este facto. O consentimento foi livre e informado.

No primeiro momento da avaliação, os estudantes preencheram os questionários, nos quais também lhes foi solicitado o endereço de correio eletrónico. De seguida, receberam um convite para a participação no projeto de intervenção, realizado em formato online, através da plataforma *Zoom*. Solicitou-se ainda a confirmação dos estudantes interessados, mediante resposta ao convite enviado.

A fase seguinte é referente à implementação do programa de intervenção, composto por três sessões dinamizadas pela investigadora principal do estudo e pela psicóloga Jéssica Beviláqua.

Na última etapa, procedeu-se à aplicação dos instrumentos de recolha de dados utilizados em T0 e à avaliação da intervenção.

4.3 Participantes

A amostra foi constituída por estudantes provenientes das diferentes unidades de ensino do IPC, nomeadamente: Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC); Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC); Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH); Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra (ESTeSC); Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAC) e Instituto Superior de Engenharia (ISEC).

A seleção dos estudantes foi realizada através de uma amostragem não probabilística, de conveniência, tendo em conta a disponibilidade e acessibilidade dos elementos constituintes da amostra.

Na primeira avaliação, responderam 41 estudantes, de ambos os sexos. Destes, apenas 7 se inscreveram para participar voluntariamente no projeto de intervenção. Importa referir que houve uma diminuição acentuada do número de participantes uma vez que o projeto decorreu em época de avaliações académicas.

Como critérios de inclusão no programa de intervenção, consideraram-se a realização da pré-intervenção (T0) por parte dos estudantes do IPC e a sua participação voluntária no estudo.

4.4 Avaliação: descrição dos questionários

Para a concretização do projeto de investigação, foi implementado um protocolo de investigação com os seguintes instrumentos: 1) Questionário Sociodemográfico; 2) Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (Machado, Gonçalves & Matos, 2000); 3) Inventário de Violência Conjugal (Machado, Gonçalves & Matos, 2000) e 4) Avaliação da Intervenção.

Antes da intervenção (T0), foram aplicados o Questionário Sociodemográfico, a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal e o Inventário de Violência Conjugal (Anexo IV). Após a intervenção (T1), foram reaplicados os dois questionários iniciais, bem como a avaliação da intervenção, composta por questões de resposta aberta (Anexo V).

4.4.1 Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico teve como objetivo a caracterização da amostra, abrangendo variáveis como a idade; género; estado civil; orientação sexual; grau académico a frequentar; escola e ano; com quem vive; se tem/já teve um relacionamento íntimo e qual a duração do mesmo.

4.4.2 Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)

Para estudar as crenças que legitimam a violência conjugal, aplicou-se a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal, elaborada por Machado, Gonçalves e Matos (2000). Esta escala avalia as crenças relacionadas com a violência física e psicológica, num contexto de relações de tipo conjugal, permitindo medir o grau de tolerância/aceitação perante tais comportamentos.

A ECVC foi elaborada para a população portuguesa e é composta por 25 itens, sendo que as respostas são apresentadas numa escala tipo Likert de 5 pontos (1 = discordo totalmente, 2 = discordo, 3 = não concordo nem discordo, 4 = concordo, 5 = concordo

totalmente). A escala apresenta um valor 0,93 do alfa de Cronbach, traduzindo-se assim numa escala com grau elevado de consistência interna.

A análise fatorial efetuada pelos autores revelou quatro fatores: 1) legitimação e banalização da pequena violência, que integra crenças que normalizam a pequena violência, considerada como normal e pouco grave; 2) legitimação da violência pela conduta da mulher (e.g. “é a ideia de as mulheres quererem ter tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal”); 3) legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas, onde a causa da violência advém de aspetos externos e 4) legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar, que integra crenças legitimadoras da violência através do apelo à privacidade das famílias.

4.4.3 Inventário de Violência Conjugal

O Inventário de Violência Conjugal, também da autoria de Machado, Gonçalves e Matos (2000), tem como objetivo identificar a vitimização e/ou perpetração de comportamentos abusivos em relações conjugais, bem como a frequência com que surgem.

A escala é composta por 21 itens, que representam comportamentos abusivos, ao nível físico; emocional e de coerção/intimidade. Este instrumento é constituído por duas partes, sendo que a parte A se foca na relação afetiva do último ano, solicitando aos estudantes que refiram se adotaram algum dos comportamentos listados, bem como se o seu parceiro atual os adotou. Já na parte B, o procedimento é idêntico, embora seja voltado para a avaliação das relações afetivas anteriores. Desta forma, caso o participante não se encontrasse numa relação amorosa no momento do preenchimento do questionário, respondia apenas à parte B do IVC.

4.5 Descrição das Atividades de Educação para a Saúde Realizadas

O projeto de intervenção decorreu ao longo de três semanas, integrando três sessões de educação para a saúde, cada uma com duração aproximada de uma hora. As sessões foram dinamizadas pela investigadora principal e pela psicóloga Jéssica Beviláqua, que se mostrou disponível em colaborar no estudo. O projeto de intervenção foi realizado em formato online, utilizando a plataforma digital *Zoom*, o que permitiu alcançar participantes provenientes das diferentes escolas do IPC.

As sessões foram delineadas previamente, contemplando os objetivos, a metodologia aplicada, a duração de cada sessão e a respetiva avaliação. O desenvolvimento do programa de intervenção teve como base a revisão da literatura previamente realizada. A calendarização foi definida em conformidade com a disponibilidade dos participantes (Anexo VI).

O projeto de intervenção denomina-se por “RelacionArte”, o que sugere a ideia de transformar os relacionamentos dos estudantes em arte. Esta palavra evoca à construção de relações íntimas saudáveis, através do aumento do conhecimento e da sensibilização para o tema.

4.5.1 Sessão 1

Na primeira sessão, foi apresentado o programa de intervenção e respetivos objetivos. Posteriormente, os estudantes realizaram uma atividade reflexiva acerca das suas perceções pessoais, com foco nas definições de violência e exemplos concretos para, consequentemente, haver uma partilha e análise desses conceitos, através de um debate em grupo. Para finalizar a discussão grupal, foi apresentada a definição formal de violência, baseada na literacia sobre o tema que também inclui tópicos como os tipos de violência, ciclo da violência, fatores de risco da violência, entre outros.

4.5.2 Sessão 2

O objetivo da segunda sessão foi desconstruir mitos comuns sobre violência nas relações, através de uma atividade onde os participantes puderam distinguir frases que representam mitos ou factos sobre a violência nas relações de intimidade. Neste sentido, cada mito foi acompanhado por um facto, de forma a promover a reflexão e a utilizar argumentos para contrariar os mitos apresentados, como por exemplo: “Mito - A violência apenas existe em famílias de baixo nível socioeconómico. Facto - As vítimas e os/as agressores/as provêm de todos os estratos sociais, de todas as idades, etnias e credos religiosos, sendo um fenómeno de carácter transversal assumindo diferentes contornos” (DGS, 2016, pp.50-51).

A presente sessão também foi marcada pela reflexão e discussão sobre relações saudáveis, onde os estudantes foram incentivados a refletir sobre as qualidades que

priorizam nas relações e sobre o tipo de comportamento que gostariam de adotar e receber. Neste sentido, cada estudante enumerou 3 formas pelas quais gostaria de ser tratado por um parceiro e outras 3 como gostaria de o tratar. A título de exemplo, posso expor o seguinte: “gostaria que o meu parceiro me ouvisse com atenção” e “quero ser uma pessoa com quem o meu parceiro se sinta à vontade para falar”. De seguida, os estudantes nomearam os temas em comum nas frases como, por exemplo, comunicação, apoio ou respeito. Com este exercício, o estudante pôde refletir acerca dos comportamentos que deseja adotar nas suas relações futuras, face ao que ouviu na sessão.

4.5.3 Sessão 3

Os participantes desenvolveram competências de comunicação assertiva em situações de conflito, acompanhadas por técnicas de resolução dos conflitos simulados, de forma pacífica e sem recurso à violência. Esta sessão foi conduzida de forma mais aprofundada pela psicóloga Jéssica Beviláqua, dado que está mais relacionada com questões da área da psicologia.

Nesta sessão, reforçou-se junto dos estudantes a importância do preenchimento dos instrumentos de recolha de dados aplicados no momento T0, bem como da avaliação da intervenção, composta por questões de resposta aberta, enviados para o email de cada participante.

5. Resultados

5.1. Caracterização da amostra

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica da amostra (N = 41)

| | n | Média ± DP | Mín | Máx |
|-----------------------------------|----------|-------------------|------------|------------|
| Idade | 41 | 25,05 ± 8,23 | 18 | 61 |
| | n | | % | |
| Sexo | | | | |
| Feminino | 33 | | 80,5 | |
| Masculino | 8 | | 19,5 | |
| Estado civil | | | | |
| Solteiro | 37 | | 90,24 | |
| Casado/a | 1 | | 2,44 | |
| Divorciado/a | 2 | | 4,88 | |
| União de facto | 1 | | 2,44 | |
| Viúvo/a | - | | - | |
| Orientação Sexual | | | | |
| Heterossexual | 35 | | 85,36 | |
| Homossexual | 2 | | 4,88 | |
| Bissexual | 3 | | 7,32 | |
| Pansexual | 1 | | 2,44 | |
| Grau académico | | | | |
| Licenciatura | 24 | | 58,54 | |
| Mestrado | 15 | | 36,58 | |
| Pós-graduação | 1 | | 2,44 | |
| Outro | 1 | | 2,44 | |
| Escola | | | | |
| ESAC | 6 | | 14,63 | |
| ESEC | 18 | | 43,90 | |
| ESTeSC | 9 | | 21,95 | |
| ISCAC | 3 | | 7,32 | |
| ISEC | 5 | | 12,20 | |
| Reside com: | | | | |
| Sozinho/a | 4 | | 9,76 | |
| Familiares | 22 | | 53,66 | |
| Com parceiro/a | 8 | | 19,51 | |
| Com colegas/amigos(as) | 7 | | 17,07 | |
| Relações íntimas | | | | |
| Sim | 34 | | 82,93 | |
| Não | 7 | | 17,07 | |
| Duração de relacionamentos | | | | |
| Inferior a 6 meses | 6 | | 14,63 | |
| Entre 6 meses e 1 ano | 2 | | 4,88 | |
| Mais de 1 ano | 8 | | 19,51 | |
| Mais de 2 anos | 6 | | 14,63 | |
| Mais de 3 anos | 4 | | 9,76 | |
| Mais de 4 anos | 2 | | 4,88 | |
| Mais de 5 anos | 8 | | 19,51 | |
| Não teve relação | 5 | | 12,20 | |

A amostra é constituída por 41 indivíduos, com uma idade média de 25,05 anos, num intervalo de 18 a 61 anos. A maioria dos participantes é do sexo feminino (80,5%) e solteira (90,24%). Relativamente à orientação sexual, prevalecem os heterossexuais (85,36%), seguidos por bissexuais (7,32%), homossexuais (4,88%), e pansexuais (2,44%). Acerca da sua residência, existe uma predominância de indivíduos que vivem com familiares (53,66%) e, em prevalência menor embora ainda assim significativa, a residir com parceiro/a (19,51%) e com amigos/as (17,07%). Respeitante às relações íntimas, 82,93% afirmam ter relações íntimas e a duração dessas relações posicionou-se de forma relativamente variada: 14,63% inferior a 6 meses; 4,88% entre 6 meses e 1 ano; 19,51% mais de 1 ano; 14,63% mais de 2 anos; 9,76% mais de 3 anos, 4,88% mais de 4 anos, 19,51% mais de 5 anos.

5.2. Crenças sobre Violência Conjugal

De acordo com a Tabela 2, verifica-se que os resultados obtidos relativamente à ECVC indicam uma média de 36,61 (DP \pm 1,627). Em comparação com os dados presentes no manual da escala, a média desta amostra situa-se abaixo da amostra geral dos autores (M= 52,72; DP \pm 15.5) e do subgrupo de cônjuges não abusivos (M=50,74; DP \pm 14,8).

É indispensável referir que as médias entre os diferentes fatores não são diretamente comparáveis entre si. Por terem intervalos de pontuação distintos devido ao número de itens que os compõem, é natural que as médias também oscilem em função disso. Em exemplo, intervalos maiores (como o fator 1) é legítimo que apresentem uma maior média, o que não indica necessariamente uma maior aceitação das crenças ou, pelo contrário, o *Fator 4 – Legitimação por preservação da vida familiar* ter uma média menor não significa, obrigatoriamente que há menos crenças legitimadores e sim que o intervalo em que se insere é mais reduzido.

Tabela 2: Descritivas dos fatores da ECVC

| | Média ± DP | Mínimo | Máximo |
|--|---------------|--------|--------|
| F1 – Legitimação pequena violência [16-80] | 20,61 ± 6,407 | 16 | 47 |
| F2 – Legitimação por conduta da mulher [10-50] | 14,20 ± 4,314 | 10 | 29 |
| F3 – Legitimação por causas externas [8-40] | 13,73 ± 4,433 | 8 | 27 |
| F4 – Legitimação por preservação da vida familiar [6-30] | 9,27 ± 3,522 | 6 | 20 |
| ECVC Total [25-125] | 36,61 ± 1,627 | 25 | 74 |

Devido à ausência de pontos de corte e de valores normativos específicos na ECVC, apenas é possível fazer deduções dos resultados acima. Através do estudo original dos autores da escala, é possível observar a média de cinco subgrupos: cônjuges abusivos (maus tratos físicos e emocionais) (M=56,80); cônjuges maltratantes físicos (M=62,84); cônjuges maltratantes emocionais (M=56,40); cônjuges não abusivos (M=50,74); amostra total (M=52,72). Neste sentido, em comparação, os fatores presentes na Tabela 2 apresentam médias significativamente mais baixas que o estudo original.

A Tabela 3 demonstra a distribuição das pontuações da ECVC. No Fator 1 (legitimação da pequena violência), 95,1% dos participantes situam-se no intervalo de pontuação mais baixo (16-30), enquanto 4,9% representam os restantes intervalos pontuados. Relativamente aos restantes fatores, a distribuição é semelhante, com a grande maioria posicionada num intervalo de pontuação inferior, o que fortalece o baixo nível geral da legitimação de violência conjugal, apesar da presença de pontuais exceções.

Tabela 3: Frequências de pontuações da ECVC

| | Pontuação | | | |
|-----------------|-----------|-------|-------|-----|
| | 16-30 | 31-40 | 41-70 | >70 |
| Fator 1 [16-80] | 95,1% | 2,45% | 2,45% | - |
| Fator 2 [10-50] | 87,8% | 12,2% | - | - |
| Fator 3 [8-40] | 92,2% | 9,8% | - | - |
| Fator 4 [6-30] | 6-11 | 12-20 | 21-30 | - |

| | | | | |
|---------------------|-------|-------|-------|-----|
| | 82,9% | 17,1% | - | |
| ECVC Total [25-125] | 25-45 | 46-60 | 61-80 | >80 |
| | 87,8% | 4,9% | 7,3% | - |

Tabela 4: ECVC – Pontuações em diferentes momentos

| N | Pontuação Teste | | | | | Pontuação Reteste | | | | |
|---|-----------------|----|----|----|----|-------------------|----|----|----|----|
| | ECVC Total | F1 | F2 | F3 | F4 | ECVC Total | F1 | F2 | F3 | F4 |
| 1 | 29 | 16 | 12 | 12 | 8 | 34 | 19 | 13 | 12 | 9 |
| 2 | 29 | 16 | 13 | 12 | 6 | 37 | 23 | 13 | 13 | 9 |
| 3 | 36 | 19 | 14 | 16 | 8 | 52 | 32 | 20 | 16 | 14 |
| 4 | 33 | 17 | 11 | 13 | 9 | 33 | 16 | 12 | 13 | 9 |
| 5 | 31 | 19 | 12 | 11 | 6 | 33 | 16 | 15 | 16 | 6 |
| 6 | 32 | 16 | 14 | 12 | 7 | 31 | 19 | 10 | 12 | 7 |
| 7 | 65 | 40 | 22 | 24 | 18 | 28 | 17 | 10 | 10 | 7 |

Num segundo momento, foi administrada a ECVC a 7 participantes. Na Tabela 4 estão presentes as diferenças de pontuação quer na escala total quer nos diferentes fatores que a compõem. As variações não foram relativamente expressivas nos dois momentos. Tendo em consideração a escala total, os resultados indicam um aumento da pontuação em 4 dos participantes em que um deles demonstra uma subida mais expressiva. Em contrapartida, dois dos participantes diminuíram a sua pontuação: um deles com uma diferença de apenas 1 ponto e outro com uma descida expressiva de 37 pontos (65-28).

Apesar das variações nos dois momentos, as pontuações não indicam uma alta legitimação de qualquer tipo de violência.

5.3. Inventário de Violência Conjugal (IVC)

Tabela 5: Descritivas das dimensões do IVC

| | Média ± DP | Mínimo | Máximo |
|---------------------|--------------|--------|--------|
| Perpetração atual | 15,85 ± 1,33 | 20 | 23 |
| Vitimização atual | 15,93 ± 1,34 | 20 | 26 |
| Perpetração passada | 20,24 ± 0,11 | 20 | 24 |
| Vitimização passada | 21,51 ± 0,42 | 20 | 31 |

Na Tabela 5, é possível verificar que as médias da perpetração e vitimização, tanto atual como passada, são relativamente próximas e baixas. Desta forma, considera-se que os participantes têm pouco envolvimento com comportamentos abusivos (tanto sofridos quanto praticados). A vitimização passada tem a maior média (21,51) e embora não representem a maioria da amostra, os abusos comportamentais sofridos (vitimização) são os que prevalecem, sugerindo casos isolados de gravidade maior.

Tabela 6: Frequência de comportamentos abusivos presentes no IVC – Parte A (n=32)

| | Relação atual | | | | | |
|---|---------------|------|------|-------------|------|------|
| | Perpetração | | | Vitimização | | |
| | NF | 1x | +1x | NF | 1x | +1x |
| Comportamentos físicos abusivos | | | | | | |
| Puxar os cabelos com força (1) | 100% | - | - | 96,9% | 3,1% | - |
| Dar uma bofetada (3) | 96,9% | 3,1% | - | 96,9% | 3,1% | - |
| Apertar o pescoço (4) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Ameaçar com armas / usando força física | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Dar um murro (8) | 100% | - | - | 96,9% | - | 3,1% |
| Atirar objetos (10) | 93,8% | 3,1% | 3,1% | 100% | - | - |
| Dar uma sova (11) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Dar pontapés ou cabeçadas (12) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Dar empurrões violentos (13) | 96,9% | 3,1% | - | 100% | - | - |
| Bater com a cabeça na parede/chão (15) | 100% | - | - | 100% | - | - |

| | | | | | | |
|--|-------|------|------|-------|------|------|
| Causar ferimentos não precisam de assistência (16) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Causar ferimentos que precisam de assistência médica (17) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Forçar atos sexuais (18) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Comportamentos emocionais abusivos | | | | | | |
| Insultar, difamar ou afirmações para humilhar ou “ferir” (2) | 90,6% | 3,1% | 6,3% | 90,6% | 3,1% | 6,3% |
| Partir/danificar coisas/deitar comida para o chão (6) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Acordar a meio da noite (7) | 100% | - | - | 96,9% | 3,1% | - |
| Impedir contacto (9) | 100% | - | - | 96,9% | 3,1% | - |
| Perseguir na rua, emprego, escola (14) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Ficar com o salário (19) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Gritar ou ameaçar causando medo (20) | 100% | - | - | 96,9% | - | 3,1% |

NF- Nunca fiz/fez;

Ainda, torna-se importante referir que, para uma maior precisão dos dados, na parte A (referente a relações atuais) do IVC foi feita uma ponderação considerando apenas os elementos que estão numa relação atual. Neste sentido, a amostra nesta dimensão corresponde a 32 indivíduos (Tabela 6).

A Tabela 6 demonstra a baixa prevalência de comportamentos abusivos físicos e emocionais. Nas relações atuais, 9 dos 20 itens nunca foram alvo de vitimização ou perpetração. Considerando a prevalência dos comportamentos abusivos é possível verificar que há uma maior prevalência para a violência emocional – apesar desta dimensão comportar um menor número de itens, consegue ter uma prevalência mais elevada. Analisando a diferença entre a perpetração e a vitimização, têm prevalências semelhantes, apesar da vitimização ser ligeiramente superior, como corroborado pela Tabela 5.

Tabela 7: Frequência de comportamentos abusivos presentes no IVC – Parte B (n=41)

| | Relações passadas | | | | | |
|--|-------------------|------|------|-------------|------|------|
| | Perpetração | | | Vitimização | | |
| | NF | 1x | +1x | NF | 1x | +1x |
| Comportamentos físicos abusivos | | | | | | |
| Puxar os cabelos com força (1) | 97,6% | 2,4% | - | 97,6% | 2,4% | - |
| Dar uma bofetada (3) | 100% | - | - | 97,6% | 2,4% | - |
| Apertar o pescoço (4) | 100% | - | - | 95,2% | 4,8% | - |
| Ameaçar com armas / usando força física | 100% | - | - | 97,6% | - | 2,4% |
| Dar um murro (8) | 97,6% | 2,4% | - | 100% | - | - |
| Atirar objetos (10) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Dar uma sova (11) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Dar pontapés ou cabeçadas (12) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Dar empurrões violentos (13) | 97,6% | 2,4% | - | 92,8% | 4,8% | 2,4% |
| Bater com a cabeça na parede/chão (15) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Causar ferimentos não precisam de assistência (16) | 100% | - | - | 92,8% | 4,8% | 2,4% |
| Causar ferimentos que precisam de assistência médica (17) | 100% | - | - | 97,6% | 2,4% | - |
| Forçar atos sexuais (18) | 100% | - | - | 83,2% | 7,2% | 9,6% |
| Comportamentos emocionais abusivos | | | | | | |
| Insultar, difamar ou afirmações para humilhar ou “ferir” (2) | 95,2% | 2,4% | 2,4% | 85,6% | 4,8% | 9,6% |
| Partir/danificar coisas / deitar comida para o chão (6) | 97,6% | 2,4% | - | 97,6% | 2,4% | - |
| Acordar a meio da noite (7) | 100% | - | - | 100% | - | - |
| Impedir contacto (9) | 100% | - | - | 88% | 7,2% | 4,8% |
| Perseguir na rua, emprego, escola (14) | 100% | - | - | 95,2% | 2,4% | 2,4% |
| Ficar com o salário (19) | 97,6% | 2,4% | - | 95,2% | 2,4% | 2,4% |
| Gritar ou ameaçar causando medo (20) | 97,6% | - | 2,4% | 85,6 | - | 14,4 |

No que concerne às relações passadas, verifica-se pela Tabela 7 que uma grande maioria da amostra não se envolve em comportamentos abusivos (perpetrados ou que foram vítimas), à semelhança das relações atuais.

No que respeita à vitimização, em maior destaque encontra-se o item “forçar atos sexuais”, em que 16,8% indicaram ter sido vítimas pelo menos uma vez. Com menor prevalência, mas sem menos importância: insultos e humilhações (4,8% foram vítimas uma vez e 9,6% sofreram mais de uma vez); impedir contato (7,2% uma única vez e 4,8% mais que uma vez); perseguição e ficar com o salário com vitimização de 2,4% em ambos; e gritar ou ameaçar causando medo com 14,4%, vivenciados mais que uma vez.

A perpetração passada tem uma prevalência menor que a vitimização, ainda assim com a presença de comportamentos residuais como: puxar os cabelos com força, dar um murro, dar empurrões violentos, partir ou danificar coisas, ficar com o salário e gritar causando medo, todos com um percentual de 2,4%, à exceção de insultar ou difamar que comporta um total de 4,8%.

À semelhança das relações atuais, as relações passadas também apresentam uma tendência para uma maior existência de comportamentos emocionais abusivos.

5.4. Exploração de correlações entre as variáveis

Tabela 8: Correlação entre ECVC e IVC

| | ECVC | F1 | F2 | F3 | F4 | PA | VA | PP | VP |
|--------------|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Total | | | | | | | | | |
| ECVC | - | ,880** | ,822** | ,865** | ,760** | -,075 | -,111 | ,131 | -,130 |
| F1 | ,880** | - | ,670** | ,657** | ,610** | -,080 | -,066 | ,089 | -,166 |
| F2 | ,822** | ,670** | - | ,857** | ,573** | ,002 | -,057 | ,187 | -,196 |
| F3 | ,865** | ,657** | ,857** | - | ,602** | ,037 | -,030 | ,144 | -,189 |
| F4 | ,760** | ,610** | ,573** | ,602** | - | -,033 | -,123 | ,196 | -,078 |
| PA | -,075 | -,080 | ,002 | ,037 | -,033 | - | ,883** | -,204 | -,166 |
| VA | -,111 | -,066 | -,057 | -,030 | -,123 | ,883** | - | -,309* | -,047 |
| PP | ,131 | ,089 | ,187 | ,144 | ,196 | -,204 | -,309* | - | ,214 |
| VP | -,130 | -,166 | -,196 | -,189 | -,078 | -,166 | -,047 | ,214 | - |

F1- Fator 1 (Legitimação pequena violência); F2- Fator 2 (Legitimação por conduta da mulher); F3 – Fator 3 (Legitimação por causas externas); F4 – Fator 4 (Legitimação por preservação da vida familiar); PA – Perpetração atual; VA – Vitimização Atual; PP – Perpetração passada; VP – Vitimização passada; * correlação significativa $p < 0,05$; ** correlação significativa $p < 0,01$

Na Tabela 8, é possível verificar a existência de correlações muito fortes e estatisticamente significativas entre os diferentes fatores ECVC. No que respeita aos dois instrumentos (ECVC e IVC) não foram encontradas correlações com significância entre as crenças de legitimação da violência conjugal e a prática ou vitimização de comportamentos abusivos. Relativamente ao IVC, as correlações são fortes, especialmente entre perpetração e vitimização atuais.

Tabela 9: Correlação entre a ECVC, o IVC e as variáveis sociodemográficas

| | ECVCT | F1 | F2 | F3 | F4 | PA | VA | PP | VP | Idade | Género | ECivil | OriSexual | Duração_relac |
|---------------|---------|---------|--------|--------|---------|--------|--------|-------|-------|--------|--------|--------|-----------|---------------|
| ECVCT | -- | | | | | | | | | | | | | |
| F1 | ,880** | -- | | | | | | | | | | | | |
| E2 | ,822** | ,670** | -- | | | | | | | | | | | |
| F3 | ,865** | ,657** | ,857** | -- | | | | | | | | | | |
| F4 | ,760** | ,610** | ,573** | ,602** | -- | | | | | | | | | |
| PA | -,075 | -,080 | ,002 | ,037 | -,033 | -- | | | | | | | | |
| VA | -,111 | -,066 | -,057 | -,030 | -,123 | ,883** | -- | | | | | | | |
| PP | ,131 | ,089 | ,187 | ,144 | ,196 | -,204 | -,309* | -- | | | | | | |
| VP | -,130 | -,166 | -,196 | -,189 | -,078 | -,166 | -,047 | ,214 | -- | | | | | |
| Idade | -,185 | -,200 | -,229 | -,087 | -,008 | ,311* | ,243 | ,178 | ,140 | -- | | | | |
| Género | ,193 | ,195 | ,029 | ,149 | ,126 | -,012 | -,019 | -,038 | -,113 | ,138 | -- | | | |
| ECivil | -,323* | -,215 | -,240 | -,281 | -,231 | ,324* | ,357* | -,136 | ,297 | ,465** | ,045 | -- | | |
| OriSexual | -,427** | -,402** | -,357* | -,302 | -,491** | ,179 | ,207 | -,170 | ,205 | ,096 | -,047 | ,380* | -- | |
| Duração_relac | ,025 | -,036 | ,068 | ,182 | ,024 | ,468** | ,451** | ,035 | -,152 | ,485** | -,132 | ,232 | ,025 | -- |
| ComQuemVive | -,047 | -,130 | -,069 | -,105 | ,020 | ,035 | ,123 | -,047 | ,340* | ,130 | -,314* | ,289 | ,006 | ,314* |

A Tabela 9 demonstra as correlações entre os dois instrumentos (ECVC e IVC) e algumas das variáveis sociodemográficas. As correlações entre os instrumentos já foram analisadas na Tabela anterior, pelo que se destaca as seguintes correlações: o estado civil e a orientação sexual apresentam correlações negativas e estatisticamente significativas com as crenças de legitimação da violência (excetuando o Fator 3 – Legitimação da violência por causas externas), sugerindo que estudantes solteiros e heterossexuais tendem a legitimar menos a violência. Ainda, a duração do relacionamento apresenta uma correlação positiva com a vitimização e perpetração passadas, indicando que relações mais longas podem estar associadas a maior exposição a comportamentos abusivos.

5.5. Avaliação qualitativa: entrevista semiestruturada

Num segundo momento de avaliação, aquando da nova administração da ECVC, foi pedido aos participantes que respondessem a uma entrevista semiestruturada com questões de carácter aberto. As questões foram: 1) Qual a opinião sobre as sessões; 2) Que atitudes ou comportamentos consideram essenciais para promover um relacionamento saudável e igualitário; 3) Se acreditam que as informações e reflexões adquiridas nas sessões serão úteis para sua vida pessoal e futura, especialmente em relações de intimidade ou de outra forma;

Questão 1:

Com a análise das respostas dos participantes determina-se a existência de aprovação geral relativamente às sessões. Os participantes mostraram satisfação com a estrutura, relevância do conteúdo e condução das sessões, destacando o ambiente acolhedor e seguro, que permitiu uma maior abertura para a partilha. Um dos participantes sugeriu uma melhoria que reside na gravação das sessões para posterior fornecimento aos participantes.

Questão 2:

Dos comportamentos mencionados, há um claro destaque para o respeito, a comunicação e a empatia, tendo sido referidos pela grande maioria. Outros comportamentos, como responsabilidade afetiva, autonomia, sinceridade, amizade, confiança, assertividade e amor/cumplicidade, também foram citados, embora com frequência menor.



Figura 2: Comportamentos essenciais para um relacionamento saudável

Questão 3:

Das respostas analisadas, destacam-se as seguintes categorias: desenvolvimento da autorreflexão (*“Aprendi a refletir sobre o meu papel nas relações.”*), maior conhecimento para o reconhecimento de sinais de abuso (*“Agora consigo identificar comportamentos abusivos que antes não percebia”*), aplicação do conhecimento tanto na vida pessoal como profissional e apoio a terceiros (*“Sinto-me mais capaz de ajudar amigos que possam passar por isso.”*).

6. Discussão

Após a apresentação dos resultados, discutem-se os dados mais pertinentes, tendo em consideração a literatura revista e os objetivos do estudo.

No que diz respeito à ECVC, os resultados apresentam médias significativamente mais baixas que o estudo original. Este resultado sugere que, embora a maioria dos participantes rejeite a violência, ainda persistem crenças que tendem a normalizar comportamentos abusivos nas relações de intimidade. Neste sentido, o programa RelacionArte torna-se crucial na medida em que visa desconstruir mitos comuns.

No IVC, foi possível verificar que a vitimização em relações passadas apresenta a maior média ($M = 21,51$), revelando que, embora a maioria da amostra não se encontre em situações abusivas, existem experiências passadas onde os estudantes sofreram comportamentos violentos, nas suas relações de intimidade. Estudos anteriores indicam que existem elevadas taxas de exposição à violência no namoro, em adolescentes

(Bonomi et al., 2012), o que sugere que as primeiras relações podem representar uma maior vulnerabilidade para a presença de atitudes abusivas. Estes aspetos suportam a pertinência do projeto de intervenção implementado, que também evidenciou fatores de risco, referentes à vítima e ao agressor, que podem ser identificados nas futuras relações dos participantes. Dado que a vitimização é mais notória nas relações passadas, é pertinente implementar ações educativas preventivas em populações mais jovens, minimizando a vitimização em relações passadas e promovendo relações amorosas saudáveis.

Perante os resultados obtidos acerca da prevalência dos comportamentos abusivos, é possível verificar a violência emocional é a que apresenta maior prevalência. Este dado está em concordância com o estudo de Martins e Rodrigues (2022), onde é referido que a violência psicológica é o tipo de violência com níveis mais elevados de legitimação. Estes comportamentos interferem na autoestima, personalidade e desenvolvimento individual da vítima (Manita et al., 2009) e, por este mesmo motivo, não devem ser subvalorizados. Desta forma, o projeto RelacionArte procurou esclarecer quais são os tipos de violência existentes, desconstruindo também preconceitos comuns da violência nas relações de intimidade visto que, ainda existem comportamentos que a sociedade ainda tolera e normaliza.

No que concerne à vitimização, encontra-se em maior destaque o item “forçar atos sexuais”, no qual 16,8% indicaram ter sido vítimas pelo menos uma vez. Apesar desta percentagem não representar a maioria da amostra, não deve desvalorizada visto que retrata um comportamento de extrema gravidade, correspondente a um exemplo de violência sexual. De acordo Paiva e Figueiredo (2004), a coerção sexual é, por vezes, percecionada como um jogo sexual e uma maneira de *flirt*, não tendo qualquer conotação nefasta para os indivíduos nem sendo tipificada como uma forma de violência (citado por Duarte, 2021). A existência de situações de violência sexual reforça, mais uma vez, a necessidade de implementar ações educativas preventivas, onde os indivíduos sejam sensibilizados para o aumento do conhecimento sobre o tema e para o suporte jurídico e político que o estado português oferece, devendo denunciar sempre este tipo de conduta.

No que respeita aos dois instrumentos (ECVC e IVC), não foram encontradas correlações com significância entre as crenças de legitimação da violência conjugal e a prática ou vitimização de comportamentos abusivos. Embora este resultado não corresponda às expectativas iniciais, pode ser explicado por diversos aspetos. As

limitações do estudo podem ter interferido neste resultado uma vez que o projeto foi concluído com uma amostra reduzida ($n = 7$). Importa referir que não existe uma necessariamente uma relação direta entre os dois instrumentos, sendo possível que um indivíduo manifeste crenças que legitimem comportamentos violentos sem que alguma vez tenha vivenciado uma relação abusiva. Por outro prisma, indivíduos expostos a comportamentos abusivos, nomeadamente as vítimas, não têm necessariamente de apresentar crenças legitimadoras da violência uma vez que podem depender financeiramente do agressor e estarem socialmente isoladas. Assim, os comportamentos podem não coincidir com as crenças que o indivíduo manifesta.

No que tange à ECVC, é possível verificar a existência de correlações muito fortes e estatisticamente significativas entre os seus diferentes fatores, o que sugere que os estudantes que tendem a legitimar determinados comportamentos violentos também tendem a legitimar outros. A correlação entre os fatores da ECVC fortalece a ideia de que a aceitação da violência não se limita a casos pontuais como, por exemplo, apenas à legitimação por conduta da mulher ou à legitimação por causas externas. Este modelo indica que as crenças legitimadoras da violência pertencem a um construto interrelacionado, que normaliza este tipo de comportamentos.

No domínio do IVC, verificou-se uma correlação forte, especialmente entre a perpetração e vitimização atuais (*correlação de 0,883, $p < 0,01$*). Este fenómeno indica que os participantes que relatam ter sido vítimas de comportamentos abusivos, também tendem a praticá-los, e vice-versa. Desta forma, os papéis da vítima e do agressor encontram-se interligados, salientando a complexidade das dinâmicas que caracterizam as relações íntimas. Estes resultados estão de acordo com o estudo de Pu, Rodriguez e Dimperio (2022), onde a violência bidirecional ou recíproca nas relações íntimas prevalece, em comparação à violência unilateral.

No âmbito das correlações dos dois instrumentos (ECVC e IVC) com as variáveis sociodemográficas, verificou-se que os estudantes solteiros e heterossexuais tendem a legitimar menos a violência nas relações de intimidade. Estes resultados podem estar relacionados com a população homogénea do estudo visto que existem mais participantes solteiros ($n=37$) e heterossexuais ($n=35$). Em contrapartida, os dados obtidos também podem indicar que, os estudantes solteiros, por não estarem a vivenciar uma relação amorosa, apresentam uma perceção mais crítica e reflexiva, não normalizando a violência. Já a duração do relacionamento apresenta uma correlação positiva com a

vitimização e perpetração passadas, indicando que relações mais longas podem estar associadas a uma maior exposição a comportamentos abusivos. Este resultado está em concordância com a literatura prévia, uma vez que a seriedade da relação está associada ao maior risco de violência nas relações íntimas (Kusunoki, Bevilacqua & Barber, 2023).

Os resultados do teste e do reteste da ECVC revelaram pouca oscilação entre eles, com exceção de dois casos. Apesar dos resultados indicarem um aumento da pontuação em 4 dos participantes, não se verifica uma alta legitimação em qualquer tipo de violência. Por outro lado, dois dos participantes diminuíram a sua pontuação, um deles com uma diferença de apenas 1 ponto e outro com uma descida expressiva de 37 pontos, diminuindo assim as crenças que legitimam comportamentos violentos. Apesar da intervenção não ter tido o efeito esperado, foi útil enquanto parâmetro de consistência temporal, evidenciando que existe relativa estabilidade nas crenças dos participantes. Neste sentido, reforça a fiabilidade da escala ao demonstrar que as respostas não se alteram num curto espaço de tempo.

Apesar dos resultados obtidos, os participantes afirmaram estar satisfeitos com a estrutura do projeto de intervenção e relevância do conteúdo, caracterizando o ambiente acolhedor e seguro para uma maior partilha. Os mesmos destacaram a importância do respeito; comunicação e empatia para a promoção de um relacionamento saudável e igualitário. Consideraram também que as informações/reflexões adquiridas nas sessões serão úteis para as suas vidas futuras, através do desenvolvimento da autorreflexão, maior reconhecimento de sinais de abuso e aplicação do conhecimento, quer na vida pessoal como na profissional. Assim, estes dados indicam efeitos positivos nos domínios da sensibilização, conhecimento e reflexão crítica sobre o tema da violência nas relações de intimidade. Foram encontrados resultados semelhantes no estudo de Jaycox et al. (2006), no qual o programa de intervenção conduziu a um maior conhecimento sobre o tema e menos aceitação da violência de mulheres contra homens. O programa desenvolvido por Kaveh et al. (2022) também foi eficaz na melhoria de comportamentos violentos, sendo que foram recomendadas mais sessões de desenvolvimento, de forma a obter uma mudança expressiva nas crenças normativas dos indivíduos.

7. Conclusão

A análise dos resultados permitiu compreender que, embora a maioria dos participantes rejeite a violência, ainda persistem crenças que tendem a normalizar comportamentos violentos nas relações de intimidade.

Neste tema, a literacia é essencial uma vez que a violência emocional surgiu como o comportamento abusivo mais prevalente. A literatura corrobora com este dado na medida em que a violência emocional é desvalorizada reiteradamente.

Embora a maioria da amostra não se encontre em situações abusivas, existem experiências passadas onde os participantes já foram vítimas de comportamentos violentos, nas suas relações íntimas. Perante este resultado, pode concluir-se que a implementação de formações educativas em populações mais jovens é fundamental, minimizando a vitimização em relações passadas e promovendo relações amorosas saudáveis.

Os dados indicaram que a aceitação da violência não se restringe a situações pontuais, sugerindo que as crenças legitimadoras da violência pertencem a um construto interrelacionado, que aceita este tipo de conduta. Verificou-se também a existência da violência recíproca, onde os papéis da vítima e do agressor se encontram interligados, o que evidencia a complexidade das dinâmicas que caracterizam as relações íntimas.

Apesar de não terem sido encontradas correlações fortes entre a ECVC e o IVC, houve um impacto positivo, ao nível formativo do projeto RelacionArte. Os participantes evidenciaram uma maior sensibilização, conhecimento e reflexão crítica sobre o tema da violência nas relações de intimidade.

Embora a violência nas relações íntimas não seja predominante neste grupo, está presente em alguns casos e, por isso, não deve ser ignorada. Esta é uma realidade que pode causar um impacto negativo na saúde e bem-estar do indivíduo sendo, assim, essencial fomentar estratégias de prevenção e de sensibilização, que contribuam para a promoção de relações saudáveis, baseadas no respeito, igualdade e empatia.

As crenças encontram-se enraizadas nas sociedades e são difíceis de mudar, especialmente num curto espaço de tempo. Por vezes, estas crenças são subtis e os indivíduos não têm consciência delas, pelo que a sensibilização deve ser valorizada, tendo sempre em consideração que o processo de desconstrução não é imediato.

O estudo apresenta algumas limitações que são necessárias ter em consideração. A escassez de estudantes disponíveis para participar no projeto de intervenção interferiu nos resultados do estudo uma vez que diminuiu a probabilidade de obter correlações e resultados estatisticamente significativos. A homogeneidade no perfil sociodemográfico diminuiu a variabilidade necessária para detetar associações e comprometeu a possibilidade de generalizar os resultados a indivíduos com características sociodemográficas diferentes das observadas. Por último, a deseabilidade social também pode representar uma limitação para o estudo na medida em que os instrumentos utilizados incluem comportamentos suscetíveis de causar vergonha, ao nível da vitimização e/ou perpetração, nas suas relações. Apesar da garantia de confidencialidade, os indivíduos podem tender a omitir a verdade, respondendo às questões de forma mais normativa, alinhadas com os padrões socialmente aceites/valorizados e não com a sua realidade.

Para estudos futuros, seria interessante analisar as nacionalidades e religiões dos participantes, de forma a perceber se existem diferenças culturais, relativamente às crenças legitimadoras da violência conjugal. Seria também pertinente aumentar o número de participantes, para que os resultados pudessem ser estatisticamente mais significativos. A implementação do projeto em ambientes educativos com estudantes mais jovens seria relevante, prevenindo a violência em relações futuras. Por fim, alargar o número de sessões seria crucial uma vez que o processo de desconstrução de crenças não é imediato.

8. Referências Bibliográficas

- Antoni, C., & Koller, S. (2001). *O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. Psicologia: ciência e profissão, 21(1)*, pp.14-29. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932001000100003>
- APAV. (2010). *Manual Alcipe - Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência*. (2ª edição). APAV.
- Bandura, A. (1983). *Psychological mechanisms of aggression. Aggression: Theoretical and empirical reviews, 1*, pp.1-40.
- Bonomi, A. E., Anderson, M. L., Nemeth, J., Bartle-Haring, S., Buettner, C., & Schipper, D. (2012). *Dating violence victimization across the teen years: Abuse frequency, number of abusive partners, and age at first occurrence. BMC public health, 12(1)*, 637. DOI 10.1186/1471-2458-12-637
- Brandão, T., Saraiva, L., & Matos, P. (2012). *O prolongamento da transição para a idade adulta e o conceito de adulez emergente: Especificidades do contexto português e brasileiro. Análise Psicológica, 30*, pp.301-313. DOI 10.14417/ap.568
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). *Violência nas relações juvenis de intimidade: Da invisibilidade ao reconhecimento. Psicologia: Teoria, Investigação e Prática, 11(2)*, 243-258.
- Caridade, S., Saavedra, R., & Machado, C. (2012). *Prevenção da violência nas relações de intimidade juvenil: Programas internacionais e realidade portuguesa. Análise Psicológica, 30(3)*, 301-315.
- Decreto-Lei n.º 48/95. (1995). *Diário da República, I Série-A, n.º 63*. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1995-34437675-169645609>
- Dias, A., & Machado, C. (2011). *Amor e violência na intimidade: da essência à construção social. Psicologia & Sociedade, 23*, pp.496-505. DOI 10.1590/S0102
- Duarte, J. F. C. (2021). *Coerção Sexual em Adultos Portugueses um Estudo Qualitativo* (Master's thesis, Universidade do Algarve (Portugal)).

- Dvoskin J. A. & Heilbrun K. (2001). *Risk assessment and release decision-making: Toward resolving the great debate. Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law, Vol. 29:6-10.*
- Ferreira, I. (2018). *Exposição à violência conjugal, crenças legitimadoras e perpetração (reclusos vs. não reclusos)*. Dissertação de mestrado em Psicologia: Especialidade em Psicologia Clínica. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Foshee, V., Linder, F., Bauman, K., Langwick, A., Arriaga, X., Heath, J., McMahon, P. & Bangdiwala, S. (1996). *The Safe Dates Project: Theoretical basis, evaluation design, and selected baseline findings. American journal of preventive medicine, 12(5)*, pp.39-47. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(18\)30235-6](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(18)30235-6)
- Furman, W., & Wehner, E. (1997). *Adolescent romantic relationships: A developmental perspective. New directions for child and adolescent development, 1997(78)*, pp.21-36.
- González-Ortega, I., Echeburúa, E., & Corral, P. D. (2008). *Variables significativas en las relaciones violentas en parejas jóvenes: una revisión. Psicología conductual, 16(2)*, pp.207-225.
- Hart, S. (1998). *The role of psychopathy in assessing risk for violence: Conceptual and methodological issues. Legal and criminological psychology, 3(1)*, pp.121-137. DOI 10.1111/j.2044-8333.1998.tb00354.x
- Jaycox, L., McCaffrey, D., Eiseman, B., Aronoff, J., Shelley, G., Collins, R., & Marshall, G. (2006). *Impact of a school-based dating violence prevention program among Latino teens: Randomized controlled effectiveness trial. Journal of Adolescent Health, 39(5)*, pp.694-704. DOI 10.1016/j.jadohealth.2006.05.002.
- Kaveh, M., Ghavsari, E., Ghahremani, L., Zare, E., & Ghaem, H. (2022). *The Effect of a Theory-Based Educational Intervention on Reducing Aggressive Behavior among Male Students: A Randomized Controlled Trial Study. BioMed research international*, pp.1-11. DOI 10.1155/2022/6308929
- Kusunoki, Y., Bevilacqua, K., & Barber, J. S. (2023). *The dynamics of intimate relationships and violent victimization among young women. Journal of interpersonal violence, 38(3-4)*, pp. 3344-3372.

- Lei n.º 112/2009. (2009). *Diário da República*, I Série, n.º 180, pp. 6550–6561.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/112-2009-490247>
- Lei n.º 129/2015. (2015). *Diário da República*, I Série, n.º 172, pp. 6353–6363.
https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/129-2015-70179158?utm_source=chatgpt.com
- Lei n.º 7/2000, de 27 de maio. (2000). *Diário da República*, I Série-A, n.º 123, p. 2458.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-2000-291937>
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (2015). *Manual da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C.) e do Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.)* (3ª ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Machado, L. (2010). *Crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interpessoal*. Dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária. Universidade Fernando Pessoa: Escola de Estudos Pós-Graduados e de Investigação.
- Magalhães, T. (2020). *Violência e abuso: respostas simples para questões complexas*. 2ª edição. Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: 10.14195/978-989-26-1667-4
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir: Guia de boas práticas para profissionais de saúde*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siicVD2_GBP_Profissionais_apoio_vitimas.pdf
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir. Guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Martins, C., & Rodrigues, M. (2022). *A problemática da Violência no Namoro: A perspetiva de adolescentes do concelho de Cascais*. *Revista Temas Sociais*, (2), 135-149.

- Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). *Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, pp.3219-3230.
- Mota, T. (2021). *Crenças e significados da violência nas relações de intimidade em estudantes universitários/as*. Mestrado Integrado de Psicologia. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Nerys, I. B. (2016). *Atitudes e Percepções sobre a Violência Doméstica: Uma Análise Comparativa entre mulheres e homens portugueses e brasileiros a viver em Portugal*. Dissertação de mestrado para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e das Organizações. Escola de Ciências Sociais e Humanas.
- Nunes, A. (2020). *Experiência e crenças sobre violência conjugal: uma abordagem comparativa em cenários operacionais distintos*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais: XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia.
- Prazeres, V., Perdigão, A., Menezes, B., Almeida, C., Machado, D., & Silva, M. (2016). *Violência interpessoal-Abordagem, diagnóstico e intervenção nos serviços de saúde*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- Pu, D. F., Rodriguez, C. M., & Dimperio, M. D. (2022). *Factors distinguishing reciprocal versus nonreciprocal intimate partner violence across time and reporter*. *Journal of interpersonal violence*, 37(15-16), NP13654-NP13684.
- Ventura, M., Ferreira, M., & Magalhães, M. (2013). *Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário*. *Revista de Enfermagem Referência, III Série - n.º 11*, pp.95-103.
- World Health Organization (2014). *Global Status Report on Violence Prevention*. WHO.

9. Anexos

Anexo I - Mitos e factos associados à violência nas relações de intimidade

| | |
|--------------|--|
| MITO | → O álcool e/ou as drogas fazem com que as pessoas se tornem violentas. |
| FACTO | → As substâncias químicas não são a causa da violência, mas podem potenciá-la porque têm um efeito desinibidor. |
| MITO | → Os homens que batem nas mulheres têm doença mental. |
| FACTO | → Muitas vezes os agressores não apresentam sinais evidentes de psicopatologia, pelo que aparentam ser equilibrados na esfera pública. No entanto, a forma como se comportam nas relações íntimas pode revelar uma estrutura de personalidade que predisponha à violência. |
| MITO | → A violência apenas existe em famílias de baixo nível socioeconómico. |
| FACTO | → As vítimas e os/as agressores/as provêm de todos os estratos sociais, de todas as idades, etnias e credos religiosos, sendo um fenómeno de carácter transversal assumindo diferentes contornos. |
| MITO | → A agressão é apenas uma perda momentânea da razão por parte da pessoa que agride. |
| FACTO | → Qualquer tipo de violência, de uma pessoa sobre outra, é crime, independentemente da sua frequência ou intensidade. Na violência das relações de intimidade, quem agride, age com o objetivo de magoar a vítima ou de manter o controlo sobre ela. |
| MITO | → Uma pessoa pode ser agressora e, ao mesmo tempo, ser bom pai ou boa mãe. |
| FACTO | → A qualidade da interação entre o/a pai/mãe e filhos deve ser cuidadosamente avaliada numa situação de violência. Cientificamente está provado que o facto de as crianças estarem expostas a situações de violência pode ter impacto nas mesmas, muitas vezes visível através de alterações comportamentais, emocionais e psicológicas (vitimização vicariante). A vivência num ambiente de violência, em que os protagonistas são as figuras de auge, pode desenvolver nestas a conceção de um mundo imprevisível, inseguro e assustador, com manifestação de sintomas de ansiedade, de evitamento e/ou agressividade. |
| MITO | → As pessoas são vítimas de violência doméstica porque querem. |
| FACTO | → São vários os fatores que, frequentemente, impedem as vítimas de desenvolverem estratégias para acabar com a situação de violência, nomeadamente a dependência emocional e financeira, técnicas de controlo por parte do/a agressor/a, fraca rede de apoio social, existência de resposta inadequada do sistema judiciário, criminal ou de outros serviços, isolamento social, impedimentos culturais ou religiosos, o medo de sofrer ainda mais violência ou o facto de haver filhos em comum. |
| MITO | → A mulher, ou o homem, não pode sair de casa porque perde direitos e pode ficar sem os/as filhos/as. |
| FACTO | → A mulher, assim como o homem vítima, tem o direito e a responsabilidade de proteger-se a si e aos seus filhos, devendo, no entanto, informar as autoridades judiciais quando pretenda sair de casa. |
| MITO | → Somente as mulheres são vítimas da violência doméstica. |
| FACTO | → Os homens também são vítimas da violência doméstica e as estatísticas em Portugal revelam que, apesar das mulheres serem as maiores vítimas, tem havido um aumento no número de denúncias por parte dos homens às forças de segurança. Contudo, é um fenómeno ainda mal estudado, que se mantém muito escondido, não só porque, muitas vezes, os homens não reconhecem certos atos como tratando-se de violência, mas também, no caso de os reconhecerem como tal, pela vergonha social que a revelação acarreta. |

Anexo II - Parecer da Comissão de Ética do Instituto Politécnico de Coimbra

Parecer final da Comissão de Ética do IPC sobre o parecer solicitado

Deliberação sobre o pedido de Parecer N.º D102/2024, com o Título: "Crenças acerca da Legitimação da Violência nas Relações de Intimidade em Estudantes do Ensino Superior: Resultados de um Programa de Educação para a Saúde", requerido por "Ana Filipa Pelicano Luzio".

C – CONCLUSÕES:

O presente estudo cumpre genericamente os requisitos éticos de investigação com seres humanos de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 7º do Regulamento da Comissão de Ética do IPC, pelo que nada tenho a obstar quanto ao desenvolvimento deste projeto, pelo que proponho parecer favorável ao seu desenvolvimento por esta Comissão de Ética, devendo ter-se em atenção que a recolha de dados só deverá ser efetuada após a comunicação deste parecer aos investigadores, bem como após recolhidas as necessárias autorizações dos órgãos de gestão das entidades envolvidas.

Deliberação final:


Deferido por unanimidade em reunião da CEIPC de 29 de fevereiro de 2025.


Coimbra, 29-01-2025

O(a) Presidente da Comissão de Ética do IPC,

Adelino Manuel Moreira dos Santos

Anexo III - Autorização do Exmo. Sr. Presidente do IPC para divulgação e implementação da intervenção

 Presidência<Presidencia@ipc.pt>
Para: Você

[Responder](#) [Responder a todos](#) [Encaminhar](#) 

Qua, 05/03/2025 14:25

Cara Filipa Luzio,

Por despacho do Senhor Presidente do Politécnico de Coimbra, Prof. Doutor Jorge conde, a realização do estudo "Crenças acerca da Legitimação da Violência nas Relações de Intimidade em Estudantes do Ensino Superior: Resultados de um Programa de Educação para a Saúde", encontra-se autorizada.

Com os meus cumprimentos,

Carla M. Marques

Secretária do Presidente

Coordenadora do Gabinete de

Apoio à Presidência e Secretariado | GAP

Tel. 239 791 246

Telm. 961 948 607

Tel. Interno: 301032 | carlamarques@ipc.pt



**Politécnico
de Coimbra**

Rua da Misericórdia, Lugar dos Cortiços
S. Martinho do Bispo,
3045-093 Coimbra
www.ipc.pt | ipc@ipc.pt | +351 239 791 250



Anexo IV - Questionário Pré-teste partilhado através da plataforma Google Forms

Crenças acerca da Legitimação da Violência nas Relações de Intimidade em Estudantes do Ensino Superior: Resultados de um Programa de Educação para a Saúde

Convidamo-lo/a a participar neste estudo porque é estudante do Instituto Politécnico de Coimbra.

O estudo está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação para a Saúde, pelo Instituto Politécnico de Coimbra, por uma equipa de investigação composta pela aluna Filipa Luzio e pelas Professoras Doutoras Ana Paula Amaral e Margarida Pocinho.

O projeto de investigação "Crenças acerca da Legitimação da Violência nas Relações de Intimidade em Estudantes do Ensino Superior: Resultados de um Programa de Educação para a Saúde" tem como finalidade avaliar as crenças que legitimam a violência nas relações íntimas, identificar a vitimização e/ou perpetração da violência e promover o respeito e a igualdade nas relações, desconstruindo mitos e preconceitos.

Se aceitar participar iremos solicitar o preenchimento dos seguintes instrumentos: 1) Questionário Sociodemográfico; 2) Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (Machado, Gonçalves, Matos, 2000) e 3) Inventário de Violência Conjugal (Machado, Gonçalves, Matos, 2000). O preenchimento demora cerca de 15 minutos.

Após submeter as suas respostas, iremos convidá-lo/a para participar num programa de intervenção, denominado por RelaciónArte, composto por 4 sessões de educação para a saúde, em formato online.

Após submeter as suas respostas, iremos convidá-lo/a para participar num programa de intervenção, denominado por RelaciónArte, composto por 4 sessões de educação para a saúde, em formato online.

No final da intervenção, iremos solicitar que volte a preencher os questionários do primeiro momento de avaliação, bem como a avaliação da intervenção.

Todos os métodos utilizados são seguros, não existindo qualquer risco ou experiência dolorosa da sua utilização.

A participação neste estudo é voluntária e as respostas são totalmente anónimas e confidenciais, não existindo nenhuma contrapartida financeira ou de outra natureza, à sua participação.

Em qualquer momento, poderá livremente recusar ou interromper a participação no estudo, sem qualquer tipo de penalização por este facto.

Este estudo não é financiado por qualquer bolsa ou fundo de investigação e mereceu a aprovação da Comissão de Ética do Politécnico de Coimbra.

Neste estudo, não existem respostas certas ou erradas, pelo que é solicitado que avalie cada afirmação, colocando um sinal X na opção que melhor traduza o seu modo de pensar e de sentir. Assegure-se de que respondeu a todas as questões, devendo optar apenas por uma das opções apresentadas.

Em nome da equipa de investigação do projeto, manifesto os nossos agradecimentos pela sua participação e manifesto a nossa disponibilidade para quaisquer esclarecimentos adicionais.

CONSENTIMENTO INFORMADO *

Na qualidade de participante no estudo acima referido, declaro que compreendi todos os objetivos da minha participação no mesmo, pelas informações verbais e escritas que me foram fornecidas pela equipa de investigação. Foi garantida a confidencialidade e anonimização dos dados, e a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Tive oportunidade de fazer perguntas e as minhas dúvidas foram esclarecidas. Desta forma, aceito de livre vontade a participação neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação, aceitando também a divulgação dos resultados obtidos no meio científico, garantindo o anonimato.

Questionário Sociodemográfico

Idade *

Sua resposta

Anexo V - Questionário Pós-teste partilhado através da plataforma Google Forms

Crenças acerca da Legitimação da Violência nas Relações de Intimidade em Estudantes do Ensino Superior: Resultados de um Programa de Educação para a Saúde

O estudo está a ser desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação para a Saúde, pelo Instituto Politécnico de Coimbra, por uma equipa de investigação composta pela aluna Filipa Luzio e pelas Professoras Doutoras Ana Paula Amaral e Margarida Pocinho.

Até ao momento, agradecemos a sua participação no estudo "Crenças acerca da Legitimação da Violência nas Relações de Intimidade em Estudantes do Ensino Superior: Resultados de um Programa de Educação para a Saúde", que tem como objetivo avaliar crenças sobre violência nas relações íntimas, identificar vitimização e perpetração de violência e promover o respeito e a igualdade nas relações, desconstruindo mitos e preconceitos.

Após a realização das sessões do projeto "RelacionArte", se aceitar, seria importante que respondesse aos seguintes questionários: 1) Questionário Sociodemográfico; 2) Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (Machado, Gonçalves, Matos, 2000) e 3) "Avaliação da intervenção". O preenchimento demora cerca de 10 minutos.

Todos os métodos utilizados são seguros, não existindo qualquer risco ou experiência dolorosa da sua utilização.

A participação neste estudo é voluntária e as respostas são totalmente anónimas e confidenciais, não existindo nenhuma contrapartida financeira ou de outra natureza, à sua participação.

Em qualquer momento, poderá livremente recusar ou interromper a participação no estudo, sem qualquer tipo de penalização por este facto.

Este estudo não é financiado por qualquer bolsa ou fundo de investigação e mereceu a aprovação da Comissão de Ética do Politécnico de Coimbra.

Em nome da equipa de investigação do projeto, manifesto a nossa disponibilidade para quaisquer esclarecimentos adicionais.

CONSENTIMENTO INFORMADO *

Na qualidade de participante no estudo acima referido, declaro que compreendi todos os objetivos da minha participação no mesmo, pelas informações verbais e escritas que me foram fornecidas pela equipa de investigação. Foi garantida a confidencialidade e anonimização dos dados, e a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Tive oportunidade de fazer perguntas e as minhas dúvidas foram esclarecidas. Desta forma, aceito de livre vontade a participação neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação, aceitando também a divulgação dos resultados obtidos no meio científico, garantindo o anonimato.

Questionário Sociodemográfico

Idade *

Sua resposta

Anexo VI – Apresentação do projeto de intervenção RelacionArte

Tipos de Violência Doméstica



(Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C., 2009)

Consequências para as vítimas

- Físico
- Psicológico
- Sexual
- Económico



(Magalhães, T., 2020)

Curto prazo

- Lesões no corpo (arranhões; hematomas; perda de cabelo por arrancamento e queimaduras)
- Lesões dentárias
- Lesões oftálmicas
- Fraturas ósseas

Médio prazo

- Mudanças no sono e apetite
- Sentimentos de medo e vergonha
- Autoestima baixa
- Maior fragilidade
- Isolamento social
- Ansiedade
- Crises de pânico
- Depressão
- Stress pós-traumático
- Disfunções a nível sexual

Relacionamentos Interpessoais e saúde mental

- Relacionamentos Interpessoais são preditores de saúde mental positiva.
- Resiliência frente ao stresse
- Menos suscetíveis a ansiedade e depressão
- Fortalecimento de autoestima e autoconfiança
- Maior satisfação com a vida e bem estar psicológico.



Promoção de relações saudáveis

Ana, 28 anos, está insatisfeita com a divisão de tarefas domésticas com o seu parceiro João. Ela sente que faz a maior parte das tarefas e que ele não percebe a sua sobrecarga. Sempre que tenta falar sobre isso, acabam por discutir, e João diz que ela reclama demais. Ana quer expressar melhor os seus sentimentos sem gerar conflito.

| | |
|---------------|---|
| Descrever | "João, percebi que nos últimos dias eu tenho lavado a louça, arrumado a casa e feito as compras da semana sozinha." |
| Expressar | "Sinto-me muito cansada e frustrada, porque sinto que a responsabilidade está só comigo." |
| Especificar | "Gostava que dividissemos melhor as tarefas, talvez combinando quem faz o quê durante a semana." |
| Consequências | "Acho que isso tornaria o nosso dia a dia mais leve e evitaria desgastes entre nós." |

